

# UE aprova novo pacto das migrações: é um “enorme passo na derrota dos populismos” ou “um enorme retrocesso nos direitos de asilo”?

[E \[expresso.pt/sociedade/migracoes/2023-12-21-UE-aprova-novo-pacto-das-migracoes-e-um-enorme-passo-na-derrota-dos-populismos-ou-um-enorme-retrocesso-nos-direitos-de-asilo--d5434f56\]\(https://www.expresso.pt/sociedade/migracoes/2023-12-21-UE-aprova-novo-pacto-das-migracoes-e-um-enorme-passo-na-derrota-dos-populismos-ou-um-enorme-retrocesso-nos-direitos-de-asilo--d5434f56\)](https://www.expresso.pt/sociedade/migracoes/2023-12-21-UE-aprova-novo-pacto-das-migracoes-e-um-enorme-passo-na-derrota-dos-populismos-ou-um-enorme-retrocesso-nos-direitos-de-asilo--d5434f56)

Exclusivo

Migrações



Requerentes de asilo e migrantes num barco perto de Paleochora, no sul de Creta, depois de terem sido resgatados do mar

COSTAS METAXAKIS

Um “dia catastrófico” para quem foge da violência e da guerra ou um “importante passo” para uma gestão mais justa dos fluxos migratórios, que finalmente elabora um mecanismo de “solidariedade obrigatória” entre Estados-membros no que diz respeito a uma distribuição mais justa

dos migrantes que continuam a procurar segurança em solo europeu? Os principais princípios do Novo Pacto para as Migrações foram aprovados por 21 dos 27 Estados-membros, falta a ratificação

21 dezembro 2023 10:30



## Ana França

Jornalista da secção Internacional

Depois de quase quatro anos de discussão, Parlamento Europeu, Conselho Europeu e Comissão Europeia concluíram, na madrugada de quarta-feira, as negociações para o novo Pacto para as Migrações que, no entanto, é ainda preliminar e vai terá de ser formalmente ratificado pelo Parlamento e pelo Conselho. Nesta fase, era apenas essencial que se alcançasse uma maioria simples, o que aconteceu depois de Itália se ter bandeado para o lado dos Estados-membros que apoiam o acordo. Dos 27 Estados-membros, 21 deram o aval a mais este passo.

Em linhas gerais, os países do sul da Europa, que estão sob maior pressão no que diz respeito ao número de chegadas de migrantes, vão poder instituir um sistema de asilo mais restrito, cuja triagem terá lugar nas fronteiras externas destes Estados. O poder para reenviar alguém que não tenha conseguido provar que precisa de proteção internacional é também reforçado, apesar das muitas dúvidas e críticas fortemente expressas por dezenas de organizações não-governamentais contra estas novas medidas.

Uma outra medida controversa prende-se com a possibilidade de que os países que não são diretamente recetores e não desejam sê-lo possam pagar 20 mil euros por cada pessoa que não recebem. Esse dinheiro será enviado para um fundo de gestão de fluxos migratórios. Que tipo de investimentos podem caber nesta “gestão” é outro dos dossiês problemáticos.

As negociações centraram-se num vasto e complexo leque de questões que exigiram compromissos muito difíceis de atingir e que ainda continuam a ser alvo de forte divergência entre os Estados-membros. São exemplos disso os períodos máximos de detenção, os perigos de enviesamento racial, os menores não acompanhados, as operações de busca e salvamento, a criação de centros de detenção fronteiriços, a deportação mais fácil e a vigilância das fronteiras.

O Conselho, liderado pela presidência espanhola, defendeu uma posição rígida para dar aos Estados-membros a maior margem de manobra possível para lidar com a migração, nomeadamente através do alargamento de um procedimento de asilo acelerado proposto ao maior número possível de requerentes, enquanto o Parlamento insistiu em disposições mais rigorosas para respeitar os direitos fundamentais. “A UE chegou a um acordo histórico sobre um novo conjunto de regras para gerir a migração e o asilo”, afirmou Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, na rede social X. “A migração é um desafio europeu comum e a decisão de hoje vai permitir-nos geri-lo em conjunto”, afirmou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em declarações aos jornalistas.

Ativistas e vários grupos de defesa dos direitos dos refugiados afirmaram que o acordo irá criar um “sistema cruel”, que, além disso, será “impraticável” e que irá criar “campos de prisioneiros” às portas da UE.

A agência de fronteiras da UE, Frontex, afirmou este mês que houve mais chegadas em 2023 do que em qualquer ano desde 2015, quando mais de um milhão de migrantes e refugiados chegaram às fronteiras da UE, muitos fugindo das guerras na Síria, Iraque e Afeganistão.

O Expresso responde a algumas perguntas sobre este documento que “ainda está muito longe de representar um consenso”, como afirma ao Expresso Pedro Góis, especialista em migrações, autor de vários trabalhos nesta área e investigador permanente no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

## **Este acordo vai mesmo mudar alguma coisa na forma como a UE gere os fluxos migratórios?**

---

Tem potencial para tal, sim. Segundo o acordo, o novo sistema de asilo da UE vai dividir-se em duas vias: um procedimento de asilo mais rigoroso efetuado diretamente na fronteira, que pode incluir um curto período de detenção, e outro processo mais permissivo para quem tiver boas hipóteses de ser aceite como refugiado.

Essa decisão será feita em centros que ficarão instalados nos países que fazem fronteira com a UE. O primeiro desses “novos” acordos foi assinado em novembro deste ano, entre a Itália e a Albânia, no qual esta última se compromete a construir centros de avaliação de pedidos de asilo para processar os migrantes que a Itália resgate na sua zona de salvamento. Para já, esse plano está congelado, no seguimento de um processo em tribunal interposto por partidos da oposição albaneses que querem impedir a edificação destes centros no país.

As pessoas consideradas pouco suscetíveis de receber proteção seriam provavelmente encaminhadas para a via mais rigorosa. O objetivo seria processar cada pedido na fronteira no prazo de 12 semanas. “Não é o acordo ideal, mas o ótimo é inimigo do bom. É um passo

enorme porque seria muito negativo que ficássemos nas eleições europeias sem termos reformado, de maneira nenhuma, o sistema”, diz ao Expresso Paulo Rangel, eurodeputado eleito pelo PSD, que já faz parte do Partido Popular Europeu, que apoia este acordo. No entender do eurodeputado português, este documento preliminar “acaba por resultar numa derrota para os populistas”. “Por ser uma arma contra a direita radical, que tem feito das migrações uma bandeira tremenda, e também contra a esquerda radical, que acredita que nós temos de receber toda a gente, em qualquer circunstância”, conclui.

Pedro Góis, especialista em migrações, investigador permanente no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, discorda. “Muda alguma coisa, mas não necessariamente para melhor. É o compromisso possível nesta altura, que ainda necessita de ser votado pelo Parlamento Europeu e aprovado pelo Conselho Europeu. Estamos, ainda, longe desse consenso. De qualquer forma, como está, não é algo de que nos possamos orgulhar de deixar às gerações futuras. Estamos a andar ao contrário. Ou seja, numa altura em que devíamos explorar caminhos para uma migração legal, estamos a impor uma lei seca nas migrações. Estamos a renegociar sanções para os Estados-membros que não querem receber pessoas, fazendo-os pagar por isso, em vez de estarmos a tentar explicar a quem seja mais cético que a migração é inevitável e necessária”, diz Góis, referindo-se a uma outra parte do acordo que pressupõe o pagamento de 20 mil euros por cada migrante que determinado país se recuse a receber (pormenores mais à frente).

## **O que é que este acordo significa para os requerentes de asilo?**

---

A Amnistia Internacional afirmou que o acordo “faz a legislação de proteção de migrantes na Europa retroceder décadas” e Pedro Góis, como afirma acima, tende a concordar.

Com a redução das possibilidades de pedir asilo dentro do espaço europeu, é a própria instância do asilo que está em causa, acreditam os críticos. Paulo Rangel garante que, para quem tiver um caso sólido de asilo, nada vai mudar, e se mudar é no sentido de facilitar o acesso. “Em primeiro lugar, precisamos de tratar dos casos de asilo e acho que há um esforço muito grande nesse sentido, de facilitar o acesso dos que efetivamente devem ser priorizados, os refugiados. E depois, quanto às migrações ditas económicas, precisamos de ter forma de controlar o número e de alguma maneira conseguir escolher. Aqui não se trata de parar as migrações porque elas são fundamentalmente necessárias, trata-se de regular”, diz. E reforça: “É uma legislação extremamente complexa, estamos a falar de cinco regulamentos, mas não se vai alterar nada que tenha que ver com a proteção humanitária de quem precisa de asilo”.

Bram Frouws, diretor do Mixed Migration Centre, refere ao Expresso, através de um email que a proposta que se conhece até agora é “problemática” porque “pode conduzir a mais retenções nas fronteiras, continua a deixar muita responsabilidade aos Estados nas fronteiras externas, pode aumentar o recurso à detenção de imigrantes, incluindo crianças de seis anos, conduzirá a mais políticas de externalização, prejudicará o direito de requerer

asilos”. Por outro lado, abre um parêntese para observar o futuro, que pode ser ainda pior se este pacto não for aprovado. “Com as eleições europeias a aproximarem-se no próximo ano e olhando para as sondagens em muitos países europeus, a situação política pode mudar de forma a conduzir a um Pacto de Migração ainda pior, por isso, imagino que haja um sentido de urgência em Bruxelas para, pelo menos, fazer passar este”.

## **Há um foco renovado no regresso de pessoas aos países de onde chegaram ou a outros considerados seguros. Hoje em dia não é permitido reenviar pessoas para vários países, como a Síria ou o Afeganistão. Isso vai mudar?**

---

A lei internacional continua a proibir o repatriamento de pessoas para locais onde os seus direitos humanos estejam em risco. Paulo Rangel desvaloriza. “Cada caso é um caso. E neste momento os chamados retornos têm uma taxa de execução baixíssima.” Por um lado, “não é possível, muitas vezes, localizar as pessoas, porque elas se movem no território, outras vezes não é possível porque não há voos, não é legal enviar as pessoas para certos países onde existem conflitos horríveis que as vão pôr em perigo”. São os casos, acrescenta, da Síria ou do Afeganistão. Já as pessoas provenientes do Nepal ou da Índia podem sofrer um escrutínio mais apertado. “Nos casos em que estamos a falar de conflitos gravíssimos, aos quais as pessoas realmente não podem regressar, esse rigor existirá. Síria, Afeganistão, Líbia, claro que esses casos são exemplos de sítios não-seguros. Há outros que não é bem assim”, acrescenta.

O POLITICO, que falou com algumas das pessoas envolvidas nas negociações, escreve que existe a convicção de que a Itália utilizaria a cláusula para enviar os requerentes de asilo rejeitados para a Tunísia, um país onde o Presidente, Kais Saied, revelou já uma clara xenofobia, principalmente em relações aos migrantes da África Subsaariana.

Oficialmente, um migrante, para poder ser considerado para remoção para determinado país, tem de ter “permanecido” nesse país algum tempo ou ter alguma ligação, como família ou raízes prévias nesse local.

Pedro Góis está pouco convencido da bondade do acordo nesta matéria. “Se alterarmos a lei, passa a ser legal [o reenvio]. Este acordo abre uma brecha para essa alteração. Se já não for preciso observar a regra do ‘país seguro’ então, de facto, podemos repatriar todos aqueles que chegam à fronteira de um dos Estados-membros”, diz.

A possibilidade de que os advogados possam interpor providências cautelares também não está muito clara, no entender do investigador. “Que tribunais? Esse é o ponto que não está especificado. Os tribunais de cada um dos países dos Estados-membros ou os tribunais da União? Os queixosos têm primeiro de percorrer os tribunais dos Estados-membros, só

depois outras instâncias. Mas se entretanto já estiverem na Líbia ou na Tunísia ou no Nepal, a queixa passa a ser praticamente impossível. Há sempre alguém que o pode alojar em seu nome, claro, mas temos de admitir que isto é impossível para a maioria das pessoas.”

## **Há Estados que já disseram que não querem receber pessoas. Podem pagar para não as receberem. Onde é que esse dinheiro vai ser usado?**

---

Durante anos, o debate fez-se entre aqueles que, como a Itália, queriam a “recolocação obrigatória” dos migrantes em toda a UE, e outros, como Polónia e Hungria, que rejeitam a sugestão. O objetivo da UE seria realojar pelo menos 30 mil migrantes por ano, mas os países têm a opção de pagar 20 mil euros por cada migrante que não aceitem.

Numa concessão de última hora à Itália, o dinheiro poderia ir para um fundo coletivo que a UE utilizaria para financiar “projectos” indefinidos no estrangeiro. O eurodeputado português não está totalmente satisfeito com esta alínea do acordo, mas volta a referir que a “solidariedade flexível” é melhor que nenhuma solidariedade. “É evidente que muitos de nós preferíamos um sistema de quotas em que todos os Estados tivessem a mesma posição, mas isso nunca se conseguiu. O que nós temos agora é um sistema de solidariedade flexível, em que alguns Estados que não querem receber pessoas passam a pagar, quer para um fundo que financia os retornos das pessoas para as suas terras de proveniência, quer para uma melhoria das condições dos migrantes que são admitidos e têm de esperar uma decisão. O financiamento pode ser usado para várias finalidades.”

É, no entanto, provável, tal como Itália pediu, que parte do dinheiro seja destinado a novos acordos de gestão de migrações, precisamente nos moldes em que vimos acontecer com a Turquia, Líbia, Marrocos, entre outros. Paulo Rangel admite que há “um estímulo à assinatura de acordos com países terceiros e até ao financiamento a países terceiros”, que é outra das grandes críticas a este pré-acordo. “Será inspirado um pouco no que se fez com a Turquia e no que se fez com a Tunísia.”

Bram Frouws também não acredita neste mecanismo de solidariedade. “Esta ideia de um mecanismo de solidariedade obrigatório para a recolocação de recém-chegados não é ideal, uma vez que não vejo como a verdadeira solidariedade deva alguma vez ser chamada de obrigatória, e haver a possibilidade de não se ser solidário mediante o pagamento de uma quantia que evita receber alguém é uma materialização estranha da ideia de solidariedade.”

## **Quais são os próximos passos?**

---

Muitos dos partidos de esquerda no Parlamento Europeu já manifestaram a sua preocupação com o procedimento de análise de casos de asilo nas fronteiras que, segundo alguns dos representantes políticos que já se manifestaram contra, poderia simplesmente

criar mais centros de detenção de longo prazo nas fronteiras da UE. No entanto, o acordo é visto como a melhor oportunidade da UE para rever o seu procedimento de asilo em cacos e distribuir os migrantes de forma mais ou menos uniforme pelo continente.

O pacote pode estar aprovado antes das eleições europeias de junho próximo, mas com ou sem ratificação, será de certo um dos principais temas.

O tempo máximo de processamento de casos de asilo que a UE quer ver a ser respeitado é de 12 semanas. Pedro Góis usa o caso português para explicar por que razão considera essa meta pouco realista. “Hoje, nas nossas fronteiras, temos a PSP e a GNR. Imaginemos que alguém chega a uma fronteira portuguesa, aérea, naval ou terrestre, e declara que quer pedir asilo. O decisor, de acordo com a nossa lei, é a AIMA, e tem, neste momento, um grande número de processos para avaliar [2136 pedidos]. Se o organismo tem 12 semanas para tomar uma decisão, não é crível que isto possa funcionar.” Outros países têm ainda mais casos na gaveta.

Mesmo que seja aprovado, o processo de transferir a lei europeia para as várias legislaturas nacionais, antecipa Góis, vai demorar “anos”.

Para o autor e investigador, a Europa “está a fechar-se num condomínio no qual ninguém pode entrar”, a retirar de cima da mesa o único recurso que quem quer vir para a Europa ainda tem: o asilo. “Anulámos ou dificultámos tanto todas as outras formas de entrada, que o pedido de asilo é a única solução destas pessoas. Não tenho a certeza de que queiramos viver num condomínio ultra-securitário, sabendo que do lado de fora há uma quantidade enorme de humanidade à nossa espera.”